

Associação Portuguesa de Patologia Dual organizou evento em Coimbra:

Polémicas e controvérsias em Patologia Dual

A Associação Portuguesa de Patologia Dual – APPD, criada em 2009, tem, ao longo destes 9 anos, organizado múltiplos eventos científicos (7 congressos, múltiplos workshops, várias formações), bem como participado em múltiplos eventos nacionais e internacionais, publicou um livro e participou na tradução e divulgação do decálogo de patologia dual. Ao longo destes 9 anos, o objetivo foi divulgar e aprofundar os conhecimentos científicos sobre o funcionamento cerebral, bem como as alterações associadas à doença mental e adições, que se têm desenvolvido desde o final do século passado, bem como as novas propostas de abordagem, tratamento e recuperação para os doentes com patologia dual discutidas e desenvolvidas pelo mundo fora. Em Portugal, profissionais, doentes, famílias, técnicos e público conhecem hoje o conceito de patologia dual, bem como a mudança de paradigma que este conceito implica, ao assumir que as adições são uma doença do cérebro, que deve ser tratada de forma adequada e de acordo com as evidências científicas, combatendo o estigma associado aos conceitos e práticas do século passado. Doravante, a APPD enfrenta novos desafios. O primeiro é participar ativamente na investigação e estimular a implementação de metodologias de tratamento, reabilitação e recuperação, empenhando-se junto dos decisores e entidades responsáveis. O segundo é integrar ativamente os movimentos profissionais mundiais, participando no desenvolvimento duma nova psiquiatria, mais integrativa, mais humanista, colocando o doente, a sua funcionalidade, bem estar e felicidade, no centro das preocupações. Perseguido novos desafios, a APPD organizou os encontros de patologia dual, que se realizaram em Coimbra, nos dias 25 e 26 de janeiro de 2019, com o tema Polémicas e Controvérsias em Patologia Dual, onde se discutiram temas fraturantes na sociedade, como a legalização do uso da cannabis para uso médico, tratamento, reabilitação e integração do doente dual. No dia 25, decorreu um curso de formação sobre sistema opióide e doença aditiva e mental: da etiopatogenia ao tratamento. Dependências esteve presente no evento e entrevistou Célia Franco, Presidente da APPD.

O que levou à escolha deste tema, Polémicas e Controvérsias em Patologia Dual?

Achamos que existem assuntos muito complicados que têm que ser discutidos e que não têm sido suficientemente falados. Por isso, aceitámos o desafio de o fazer.

Que diferença existe, afinal, entre a adição e a doença mental?

Não existe diferença... No fundo, são tudo sintomas de alterações subjacentes. Como, se tivermos uma infeção podemos ter febre, dores de cabeça, tosse ou expectoração, também uma pessoa que tenha alterações de determinados sistemas neurobiológicos, pode aparecer com adição, com depressão ou uma psicose. São apenas sintomas de uma perturbação subjacente.

Trouxe-nos novamente a questão do estigma à discussão... Ainda assistimos a esse problema?

Claro, muito! A começar pelos técnicos de saúde, que estigmatizam as pessoas com adição.

Falou também nas comunidades terapêuticas e eu recordei que muitas, de base religiosa, perspetivam a adição como um vício, penalizando o doente durante o período de tratamento...



Isso tem que mudar. Faz parte do que se acreditava há 50 anos atrás. Não tem nada a ver com o que se sabe agora do ponto de vista neurocientífico e, portanto, estão a usar-se ainda as mesmas metodologias de tratamento que estariam adequadas há 50 anos porque não se sabia mais. Hoje, as exigências são muito maiores e sabemos muito mais do que isso.

Também referiu que algumas comunidades terapêuticas suspendem medicações...

É grave! E tenho tido doentes que demorámos seis meses a estabilizar, com medicações pesadas, graves, estavam bem... foram para a comunidade e estão novamente na rua completamente descompensados.

Havendo hoje respostas farmacológicas para o tratamento da adição, designadamente para a dependências alcoólica, Portugal ainda não oferece participação para alguns medicamentos, ao contrário de Espanha que, como ouvimos aqui, onde existem participações muito próximas dos 100%...

Deveriam ter participações iguais aos neurolépticos... É uma questão política grave.

Também se fala neste evento sobre os efeitos da canábis no sistema nervoso central...

Já são conhecidos há muitos anos e há imensa evidência científica publicada. A canábis que se consome tem 40 substâncias associadas, alguns componentes até estão a ser usados e estudados para produzir medicamentos mas o tetrahydrocannabinol pode desencadear quadros psicóticos, alterações a nível do pensamento, alterações da memória, depressão, desinteresse, anedonia... Tudo isso está mais do que documentado.

Uma vez mais, trouxe-nos a intervenção comunitária em saúde mental, como uma prática holística. É para continuar a resume-se a experiências piloto?

Não podem ser experiências piloto. É assim que já funciona no mundo inteiro, portanto, não podemos ficar atrás. Já vamos é com bastantes anos de atraso.